

Ata número cento e cinco-----

Ao décimo terceiro dia do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um teve lugar pelas dezoito horas a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), por videoconferência, em virtude dos condicionalismos provocados pela pandemia COVID 19. -----

Estiveram presentes os seguintes delegados das Associações Nacionais por Área de Deficiência (ANDD's), que deram o seu consentimento prévio para a realização da reunião desta forma, exceto os delegados da associada PCAND: -----

ANDDI – Portugal – Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual – Portugal, estiveram presentes os delegados, António José Basto Lopes Costa Pereira (António Pereira), José Carlos Ferreira Pavoeiro (José Pavoeiro), José Manuel de Almeida da Costa Pereira (José Costa Pereira), Manuel Moreira Carvalho (Manuel Carvalho) e Nuno Filipe de Almeida Carneiro Silva Machado (Nuno Machado).-----

ANDDVIS – Associação Nacional de Desporto para Pessoas com Deficiência Visual, esteve presente com os delegados, Luís Filipe Teixeira Gestas (Luís Gestas), Marlene Cristina Santos Brandão (Marlene Brandão), Márcia Daniela Faria Ferreira (Márcia Ferreira), Pedro Figueiredo (Pedro Figueiredo) e Pedro Pereira (Pedro Pereira). -----

PCAND – Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto, esteve presente com os delegados António Roque Pombo Barata (António Barata), Maria Helena de Carvalho d’Azevedo Luiz da Silva Bastos (Helena Bastos), Luís Manuel Correia dos Santos Ferreira (Luís Ferreira), José Manuel Botelho Patrício (José Patrício) e Ana Sofia Sampaio Branquinho Barradas (Ana Barradas).-----

Não estiveram presentes os delegados das seguintes entidades: AAPD – Associação de Atletas Portadores de Deficiência, LPDS – Liga Portuguesa de Desporto para Surdos, Associação de Árbitros, Juizes e Classificadores e Associação de Treinadores.-----

Para além dos delegados representantes das ANDD’S estiveram também presentes o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral em exercício, Humberto Carvalho Gomes (Humberto Gomes), o Secretário da Mesa de Assembleia-

Geral, Ricardo Nuno de Bastos Soares (Ricardo Soares), a Vice-Presidente da Direção, Margarida José César Osório Silva Duarte (Margarida Duarte) e o Diretor Técnico Nacional, Hugo Miguel da Silva (Hugo Silva).-----

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente em exercício, Humberto Gomes e o Secretário, Ricardo Soares.-----

Humberto Gomes confirmou a presença dos delegados participantes e de seguida Hugo Silva pediu a palavra para transmitir que por motivos de saúde o Presidente, Fausto Pereira não pode estar presente e em representação da Direção estará a Vice-Presidente, Margarida Duarte.-----

De acordo com a convocatória a Assembleia Geral tem como agenda de trabalhos os seguintes pontos:-----

Ponto Um - Análise, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2022;-----

Ponto dois - Reversão da decisão de renúncia à governação da modalidade de Boccia a favor da Federação de Boccia de Portugal, votada em Assembleia Geral de 11 de dezembro de 2017, ratificando a decisão tomada em 6 de fevereiro de 2015;-----

Ponto Três - Outros assuntos de interesse geral.-----

Humberto Gomes deu início à Assembleia Geral com um ponto prévio que diz respeito aos pontos da agenda de trabalhos constantes na convocatória e informou que uma associada, contestou a realização da Assembleia Geral por videoconferência pelo que colocou à consideração dos delegados que se votasse a Ordem de Trabalhos proposta em convocatória para se prosseguir com todos os pontos elencados. Luís Gestas pediu a palavra e disse que não compreendia a atitude da referida associada de não concordarem com a realização da Assembleia Geral por videoconferência uma vez que as duas últimas assembleias foram realizadas por essa via. Hugo Silva explicou que a FPDD, após ter rececionado a contestação da associada em questão, solicitou parecer jurídico ao advogado e é por essa razão que se questiona os delegados da presentes se querem manter a agenda de trabalhos conforme está ou querem alterar a mesma. António Barata esclareceu que a PCAND não levantou qualquer problema nos pontos 1 e 3 da agenda de trabalhos, apenas em relação ao ponto 2, pois em sua opinião é necessário convocar uma Assembleia Geral específica para a discussão deste ponto, dado que a

presente Assembleia é Ordinária para a discussão e aprovação do PAO, e o ponto 2 deveria ser discutido numa Assembleia Extraordinária, pois trata-se de um tema fraturante e que foi votado por unanimidade acrescentando ainda a ausência do Presidente. Luís Gestas comentou que não percebia a existência de pontos ilegais e outros legais, mas mostrou-se em condições para votar o ponto dois.-----

José Costa Pereira pediu a palavra e concordou com Luís Gestas. Disse que o ponto dois está bem claro e não vê necessidade de ser convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para o efeito e está em condições de votar esse ponto.-----

José Patrício referiu que o Ponto dois é um assunto fraturante e por essa razão não cabe numa Assembleia Geral Ordinária, mas sim numa Assembleia Geral Extraordinária pelo que este ponto não deveria ser abordado, referiu ainda que já não estamos em estado de emergência e por isso a Assembleia Geral devia ser presencial.-----

Após os comentários Humberto Gomes colocou a votação a manutenção de todos os pontos da Agenda de trabalhos de acordo com a convocatória, secundado por Hugo Silva que efetuou a monitorização dos votos através de mão levantada na aplicação MS Teams. A votação foi a seguinte: cinco votos contra; zero abstenções; dez votos a favor. Pelo que foi aprovado por maioria a manutenção dos três pontos da Agenda de trabalhos.-----

Luís Gestas sugeriu que para não haver influência na votação relativamente ao ponto um sobre o PAO 2022 que se devia discutir primeiro o ponto dois, sendo assim necessário inverter os pontos da agenda de trabalhos.-----

Helena Bastos questionou se todas as ANDD's foram informadas sobre a discussão deste ponto e se é legal ou pode ser impugnado ao que Hugo Silva esclareceu que foi enviada uma carta do Presidente para todas as ANDD's e que o parecer jurídico do advogado da FPDD demonstra que não há qualquer inconformidade. Luís Gestas explicou que toda e qualquer deliberação na Assembleia Geral só pode ser revertida por Assembleia Geral e basta que haja uma maioria para reverter a decisão.-----

Foi colocada a votação a proposta de Luís Gestas de alterar a ordem dos pontos um e dois e a votação foi a seguinte: cinco votos contra; zero

abstenções foi aprovado por maioria, assim a Agenda de Trabalhos passa a ser a seguinte:-----

Ponto Um - Reversão da decisão de renúncia à governação da modalidade de Boccia a favor da Federação de Boccia de Portugal, votada em Assembleia Geral de 11 de dezembro de 2017, ratificando a decisão tomada em 6 de fevereiro de 2015;-----

Ponto Dois - Análise, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2022;-----

Ponto Três - Outros assuntos de interesse geral.-----

Após a votação a Assembleia Geral prosseguiu com a discussão do Ponto Um. Dado que a Assembleia não estava na posse da Carta enviada pelo Presidente aos Associados, em 25 de novembro de 2021, acerca deste assunto, e dado que não se encontrava presente, José Costa Pereira voluntariou-se para enquadrar devidamente o assunto procedendo à leitura, da carta enviada pelo Presidente às ANDD's, a qual se anexa a esta ata.-----

Após a leitura António Barata pediu a palavra e mencionou que esteve na origem da fundação da FPDD e que tem estado ligado ao desenvolvimento do desporto para pessoas com deficiência desde o início e informou que a Federação de Boccia de Portugal está criada inclusivamente os estatutos já foram aprovados pelo IPDJ e que qualquer cidadão pode criar uma Associação/Federação. A criação da Federação de Boccia não compete a esta Assembleia discutir, a PCAND é uma Associação Nacional e os seus Associados foram consultados e como tal compete à PCAND desenvolver o processo eleitoral e a constituição da Federação de Boccia irá prosseguir os trâmites legais. Referiu ainda que está perfeitamente à vontade para expor a sua decisão e que a criação da Federação de Boccia não é possível reverter. José Costa Pereira explicou que não está em causa a criação da Federação de Boccia, mas sim a governação da modalidade. O Boccia DI está ser desenvolvido pela ANDDI-Portugal e que esta situação permitiu um aumento no número de praticantes e que estes irão continuar na FPDD.-----

Margarida Duarte esclareceu que este assunto foi tratado com a PCAND e que a posição da FPDD não é apenas do Presidente, mas sim da Direção e que devemos tentar chegar a uma conclusão, comentou ainda que não entende a

questão da reunião não poder ser via *online*, pois na escola onde leciona todas as reuniões são *online*.-----

José Patrício comentou que este processo não foi devidamente trabalhado e discutido nem sequer houve qualquer negociação, partilha ou comunicação à posteriori por parte da FPDD, é um processo que nasce mal e não entende os argumentos sobre o financiamento pois a Federação não sabe quais são as linhas orientadoras da PCAND, se esta pretende futuramente desenvolver outras modalidades. Não entende os argumentos relativamente à sustentabilidade da PCAND, não será mais a sustentabilidade da FPDD que está em causa, também não percebe o pedido de demissão do Vice-Presidente Rui Oliveira. Quanto à realização da Assembleia Geral por videoconferência, tal não se justifica uma vez que não estamos em estado de emergência e por se tratar de um assunto fraturante deveria ser discutido presencialmente pois vai ser votado um ponto em que apenas os delegados da PCAND irão votar contra e o ponto dois irá ser votado a favor por Associados que não tem a modalidade de Boccia.-----

Helena Bastos concordou com o delegado José Patrício e referiu que o Vice-Presidente Rui Oliveira não comunicou à PCAND a sua demissão.-----

Jose Costa Pereira mencionou que de acordo com o PAO 2022 a esmagadora maioria das atividades da PCAND são relativas à modalidade Boccia apenas duas referentes à tricicleta pelo que se deduz que a maioria dos praticantes são do Boccia por isso o investimento noutras modalidades não é expressivo e a PCAND teve desde 2015 para desenvolver todo o processo de criação da Federação de Boccia.-----

Após todos os comentários Humberto Gomes passa à votação do Ponto Um que obteve os seguintes votos: cinco votos contra, zero votos abstenção e dez a favor pelo que o ponto foi aprovado por maioria. Os cinco delegados representantes da PCAND expressaram o voto contra e solicitam que fique registada a sua declaração de voto neste ponto.-----

Luís Gestas referiu que não irá fazer qualquer juízo de valor sobre a votação deste ponto, queria apenas deixar votos para que a Federação seja uma realidade e que esta contribua para o desenvolvimento da modalidade e questionou se as Atividades mencionadas no PAO 2022 vão ser desenvolvidas ou não ao que José Patrício respondeu que a Federação de Boccia vai avançar

e que esta questão apenas diz respeito aos sócios da PCAND, outra situação é a governança da modalidade, pois para isso é preciso ter estatuto de Utilidade Publica Desportiva (UPD) e que este processo levará o seu tempo, portanto não irá condicionar o financiamento das atividades para 2022. António Barata reforçou a ideia de que a PCAND está a falar em nome dos seus associados/clubes e Federação de Boccia foi constituída por esses associados, a PCAND irá manter as suas atividades previstas para 2022 e está na disposição de aprovar o PAO.-----

Não havendo mais comentários sobre este ponto passou-se ao ponto dois em que o Diretor Técnico Nacional, Hugo Silva é convidado a fazer a apresentação do PAO 2022, em *powerpoint*, sintética, que se anexa, focando os pontos essenciais e salientando que este documento é uma congregação de todas as atividades da FPDD e dos seus Associados. Ao longo da apresentação foram esclarecidas todas as dúvidas colocadas pelos delegados presentes. Após a apresentação do documento foi dada a oportunidade aos delegados de apresentarem as suas dúvidas e comentários ao que António Barata mencionou que no documento não estava claro o esforço que cada uma das ANDD's faz para angariar financiamento não publico, destacando o facto da LPDS solicitar 100% em quase todos os programas, e sugeriu que deveria haver um quadro que demonstrasse esta situação ao que Hugo Silva respondeu que não havia elaborado nenhum quadro nesse sentido, mas que este poderia fazê-lo posteriormente e enviar para cada uma das ANDD's. Não Havendo mais questões Humberto Gomes passou a ler o Relatório do Parecer do Conselho Fiscal, que se anexa, e de seguida colocou a votação o ponto dois e o PAO 2022 foi aprovado por unanimidade.-----

De seguida passou-se para o ponto três em que Humberto Gomes deu a palavra aos interessados. Luís Gestas deixou um agradecimento à FPDD em particular ao Presidente desejando rápidas melhoras, deu os parabéns aos trabalhadores da Federação que têm desenvolvido um excelente trabalho mesmo, que por vezes, haja poucos recursos e Pedro Figueiredo concordou e fez suas as palavras de Luís Gestas.-----

Margarida Duarte agradeceu em nome da Direção a todos os Associados o envio atempado de todos os documentos que permitiram elaborar o PAO 2022, felicitou todos os trabalhadores e desejou boas festas a todos.-----

António Pereira subscreve as palavras proferidas pelo Luís Gestas, assim como José Costa Pereira e acrescenta a forma exemplar como foi apresentado o PAO, um quadro com as percentagens seria algo a pensar elaborar nem que seja futuramente referiu ainda que tem sido tempos difíceis e espera que a pandemia permita que em breve possamos fazer mais e melhor desporto.-----
António Barata em nome da PCAND desejou a todos os presentes e aos funcionários da FPDD boas festas.-----
Hugo Silva agradeceu as amáveis palavras e esclareceu que este é o resultado de um trabalho conjunto entre a FPDD e as ANDD's.-----
Humberto Gomes deixou votos de rápidas melhoras para o Presidente e um feliz Natal a todos os presentes e que o ano 2022 seja melhor que 2021.-----
Não havendo mais nada a acrescentar o Presidente em exercício da Mesa de Assembleia Geral, Humberto Gomes deu por encerrada a sessão quando eram vinte horas e vinte minutos, da qual se irá lavrar a respetiva ata que depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa de Assembleia Geral.-----

O Presidente da Mesa de Assembleia-Geral em exercício - Humberto de Carvalho Gomes



O Secretário da Mesa de Assembleia- Geral – Ricardo Nuno de Bastos Soares

